

PARECER

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Matéria: Projeto de Lei nº 92/2025.

Data: 22 de setembro de 2025.

Autoria: Poder Legislativo.

Súmula: "INSTITUI NO MUNICIPIO DE CAMPO LARGO AS CAMPANHAS

PERMANENTES DE IGUALDADE RACIAL".

RELATÓRIO

De autoria do nobre Vereador Victor Bini, o Projeto de Lei nº 92/2025 dispõe sobre a instituição, no Município de Campo Largo, das Campanhas Permanentes de Igualdade Racial.

A proposição foi protocolada em 22 de setembro de 2025, e, em conformidade com o art. 3º da Portaria nº 113/2023 e o art. 118 do Regimento Interno, foi encaminhada para instrução legislativa, na qual serão examinados os aspectos jurídicos, de técnica legislativa e de redação da matéria.

Atualmente, o projeto encontra-se sob análise da Comissão de Justiça e Redação.

Em sua justificativa, o autor destaca que o objetivo da proposição é promover a equidade racial, combater toda forma de discriminação e valorizar a cultura afro-brasileira, indígena e demais povos que compõem a diversidade cultural do país.

É o relatório.

PARECER DA COMISSÃO COMPETENTE SOBRE O DE PROJETO DE LEI Nº 92/2025 Da Competência

Compete à Comissão de Justiça e Redação opinar quanto aos aspectos legais, constitucionais, jurídicos e de redação das proposições, conforme previsto no art. 42, inciso I, do Regimento Interno.

Da Análise Jurídica e Técnica



O projeto insere regra compatível com o poder de polícia administrativa do Município, previsto no art. 30, inciso I, da Constituição Federal, e com as competências institucionais da Guarda Municipal. A técnica legislativa empregada observa os preceitos da Lei Complementar nº 95/1998, apresentando redação clara e adequada.

Do Mérito Temático

A medida reforça o controle e a segurança no ambiente institucional municipal, garantindo maior zelo na alocação de profissionais nos espaços da Guarda Municipal. A proposta revela-se oportuna e coerente com o interesse público.

Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão opina pela regular tramitação do Projeto de Lei nº 92/2025, por atender aos requisitos legais, constitucionais e de técnica legislativa.

É o parecer.



RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO

A Comissão competente em reunião realizada no dia 15 de outubro de 2025, opinou pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei nº 92/2025.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

ANDRÉ GABARDO

Presidente

VICTOR BINI

Relator

OLACO PRETO

Membro